

# Homofobia e respostas do movimento GLBT<sup>(1)</sup>

Silvia Ramos <sup>(2)</sup>

## Resumo

O artigo situa as hesitações dos movimentos sociais em definir uma agenda na área da segurança pública no Brasil. Identifica a criação do **Disque defesa homossexual (DDH)**, no Rio de Janeiro, em 1999, como a primeira experiência brasileira levada a cabo nesse campo pelo movimento de gays, lésbicas, bissexuais e travestis e procura fazer uma análise do percurso até a realização do I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, em abril de 2007, no Rio de Janeiro. O texto analisa os dossiês sobre mortes de homossexuais e outras fontes de dados de vitimização GLBT, as estratégias de valorização da vitimização homofóbica por parte de entidades e a criação do Plano Brasil sem Homofobia. Finalmente o artigo tenta situar os principais desafios e dilemas do ativismo GLBT na década atual.

## Palavras-chave

(1) Homofobia; (2) Segurança pública; (3) Ativismo GLBT; (4) Movimento homossexual.

## Abstract

The paper discusses the difficulties of social movements in defining an agenda for the area of public security in Brazil. It identifies the creation of a hotline in Rio concerned with violence against homosexuals (1999) as the first Brazilian experience in this field undergone by the Gays, Lesbians, Bisexuals and Transvestites movement, and attempts to analyze how it developed until the First National Seminar on Public Security and Homophobia in April 2007 in Rio de Janeiro. The text analyses the dossiers on deaths of homosexuals and other sources of data on GLBT victimization, as well as the movement strategies to emphasize homophobic victimization and the creation of the Brazil without Homophobia Plan. Finally, the paper attempts to discuss the main challenges and dilemmas of GLBT activism in the present decade.

## Keywords

(1) Homophobia; (2) Public security; (3) GLBT activism; (4) Homosexual movement.

<sup>(1)</sup> Parte dos argumentos deste artigo foi desenvolvida por mim e por Sergio Carrara em "A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas", *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2), p. 185-205, 2006.

<sup>(2)</sup> Cientista social, doutora em Ciências, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

Em 1999 acompanhei, na Subsecretaria de Segurança e Cidadania do Rio de Janeiro, os primeiros esforços de organizações do movimento homossexual, de lideranças do movimento negro, de ativistas ambientais e do movimento de crianças e adolescentes para influenciar políticas de segurança. Verifiquei então um contraste extraordinário entre as dificuldades de diálogo de ativistas de movimentos sociais e autoridades policiais e as dinâmicas que eu havia acompanhado, quinze anos antes, quando organizações da sociedade civil procuravam influenciar as respostas governamentais no início da epidemia de AIDS.

Como se não pertencesse à mesma cidade ou ao mesmo país, o panorama na segurança pública distinguia-se fortemente do cenário da saúde. Do lado desta, autoridades e funcionários de secretarias e programas do ministério, ainda que nos primeiros anos da democratização, isto é, na primeira metade da década de 1980, pareciam considerar rotineiro receber, dialogar -e freqüentemente confrontar-se- com atores sociais tão distintos como lideranças homossexuais, feministas, hemofílicos, empresários, dirigentes de organizações não-governamentais e jornalistas. Do lado da segurança, mesmo que já estivéssemos no último ano da década de 1990, encontravam-se gestores e policiais sem qualquer experiência ou memória de diálogo com movimentos sociais organizados. Os ativistas, por sua vez, não tinham uma agenda clara de reivindicações para a segurança pública.

A distância de comandantes da polícia militar e de delegados da polícia civil em relação aos movimentos sociais era tão marcante que freqüentemente a primeira barreira era lingüística: palavras como "homossexual" ou "negro" podiam ser tão chocantes na esfera da segurança que não eram pronunciadas por desconhecimento sobre seu eventual caráter ofensivo e sobre suas diferenças quanto aos termos de uso rotineiro nas polícias para se referirem a estes grupos. A mera presença, no mesmo espaço físico -em dependências da secre-

taria ou em batalhões de polícia- de representantes do movimento gay e lésbico e, especialmente de travestis, constituía novidade tão extravagante que o fato em si transformava-se em signo de uma "nova era" na segurança (Soares, 2000).<sup>3</sup> Também se verificavam, ainda que em menores proporções, dificuldades de diálogo de gestores de segurança com empresários; líderes comunitários e profissionais dos meios de comunicação.

Do lado dos ativistas, predominava o desconhecimento sobre atribuições, patentes hierárquicas, jargões e o cotidiano de batalhões e delegacias. Para a maioria das lideranças sociais, aquelas experiências constituíam a primeira visita a dependências policiais. Ali as barreiras eram também lingüísticas<sup>4</sup>, mas não apenas. De fato, antes de formularem demandas e um programa mínimo de trabalho conjunto em centros de referência que seriam criados na Secretaria de Segurança, era necessário ultrapassar um doloroso "inventário de cicatrizes": lideranças do movimento homossexual ou do movimento negro listavam, uma após outra, histórias passadas, em geral terríveis, sobre o tratamento dispensado por policiais, como evidências de que entre aqueles grupos o diálogo não seria possível. E, assim, centros de referência, como o Centro de Referência contra Discriminações a Homossexuais, o Centro de Referência contra o racismo, o Centro de referência de Proteção Ambiental, foram se construindo "passo a passo" e se tornaram experiências marcantes para os militantes daqueles movimentos, ainda que sua história tenha sido breve (Ramos, 2002).

Em extremo contraste com o cenário encontrado em 1999, alguns anos depois, em abril de 2007, presenciei a realização no Rio de Janeiro o I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia. O encontro reuniu cerca de 100 ativistas, 82 policiais civis e militares das 27 unidades da

<sup>3</sup> SOARES (2000, p.167-175) faz descrição pormenorizada da inauguração do "Disque Defesa Homossexual" (DDH) na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em julho de 1999, sobre as aulas proferidas por lideranças do movimento homossexual na sede da Polícia Civil e no QG (Quartel General) da Polícia Militar e sobre a visita de travestis ao 5º BPM (Batalhão de Polícia Militar), em abril de 2000.

<sup>4</sup> Como parte da população, muitos tinham o hábito de dirigir-se a policiais como "seu guarda", expressão que agentes da lei deploram.

Federação, 45 representantes de centros de referência de combate à homofobia, 25 representantes de universidades e 30 representantes dos governos federal, estaduais e municipais. O objetivo do encontro, segundo seus organizadores, foi "a troca de experiências que vêm sendo implementadas nos estados e a construção coletiva de diretrizes para a criação do Plano Nacional de Segurança Pública para o Enfrentamento da Homofobia". O seminário foi organizado em torno de cinco eixos temáticos, entre eles, formação policial, experiências policiais e comunitárias de prevenção da homofobia, modelos de investigação e registro de crimes, monitoramento, avaliação e controle social de políticas de segurança contra a homofobia. O evento foi organizado por duas ONGs do movimento homossexual do Rio de Janeiro, com o apoio institucional da ABGLT<sup>5</sup> e o financiamento de duas secretarias do Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A iniciativa surpreendeu pelo foco muito preciso nos temas da segurança e da polícia, por seu método de preparação, que incluiu consultas e reflexões prévias sobre os tópicos que comporiam o "Plano Nacional de Segurança Pública para o Enfrentamento da Homofobia" e pelo cuidado com a abrangência e a representatividade, com ativistas e policiais selecionados de todo o país. O encontro também foi pensado como um momento de "vivência", porque a maior parte dos ativistas teria a primeira experiência de diálogo e interação com policiais durante dois dias, e vice-versa. De fato, houve cenas marcantes, por exemplo, quando um policial, delegado de polícia civil, declarou que pela primeira vez dizia publicamente que era gay. O impacto do encontro e sua potencial importância foi sublinhada por lideranças do movimento e por gestores. Cláudio Nascimento, da ABGLT, resumiu: "Fizemos história com esse seminário. Foi muito rico saber da existência de diversas experiências de ativistas e policiais no combate à homofobia de que sequer tínhamos conhecimento". Ricardo Balestreri, da SENASP, considerou que

---

<sup>5</sup> Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O Social em Questão

... o evento vai entrar para a história da Segurança Pública e dos Direitos Humanos no Brasil como o ponto de partida para a construção de políticas públicas de combate à homofobia [...] vai contribuir para a mudança da cultura policial [...] e será um marco do processo civilizatório brasileiro ([www.arco-iris.org.br](http://www.arco-iris.org.br)).

Este artigo pretende identificar os principais elementos que permitiram a mudança de perspectiva do movimento homossexual, que incorporou fortemente os temas da violência e da segurança pública em sua plataforma a partir de uma trajetória realizada em alguns anos. Indicarei aspectos centrais dos discursos, demandas e práticas do movimento voltados para influir as políticas para enfrentar a violência. Ao mesmo tempo em que situarei o ativismo GLBT na vanguarda dos movimentos sociais em relação a uma agenda para a polícia e a segurança pública, procurarei identificar o que parecem ser os principais dilemas e desafios do movimento na década atual.

### O tema da violência e o movimento homossexual

Desde os anos 1980, a violência contra homossexuais tem representado um tema central para o ativismo e, progressivamente, também para governos e para a mídia. A denúncia de agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual ou sexualidade passou a ser marco importante para a trajetória do movimento homossexual brasileiro, que divulgou a expressão "homofobia" para caracterizar esse tipo de violência.

De fato, o tema da **violência** foi estruturante para a constituição de outras matrizes de identidades coletivas no Brasil, como ocorreu com o movimento de mulheres no final dos anos 1970, que elegeu o *slogan quem ama não mata* como uma de suas bandeiras e definiu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher como uma de suas primeiras demandas.<sup>6</sup> Processo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização<sup>7</sup> como a principal trincheira de luta nos anos 1980 e 90. Nos

<sup>6</sup> Para uma periodização do movimento de mulheres no Brasil, ver Schumacher & Brazil (2000).

<sup>7</sup> Essa estratégia levou ao desenvolvimento de programas de atendimento de casos de violência racial por meio dos programas do tipo Disque-racismo em várias cidades brasileiras. Para uma discussão das legislações anti-racismo no Brasil, ver Telles (2003).

três casos, as "violências específicas" -violência de gênero, racismo e homofobia- aparecem como âncoras a partir das quais outras reivindicações se estruturam e, sobretudo, se legitimam.

Entre as mais importantes fontes de informação sobre violência contra homossexuais, destacam-se três iniciativas distintas, que analisarei a seguir. Os dossiês sobre assassinatos de homossexuais pelo Grupo Gay da Bahia, a partir da década de 1980, a criação do banco de dados do Disque Defesa Homossexual, em 1999, no Rio de Janeiro, a investigação sobre processos penais sobre assassinatos de homossexuais, também no Rio de Janeiro e, finalmente, os surveys de vitimização realizados nas paradas do orgulho GLBT, a partir de 2003.

### Representações da violência: os dossiês do Grupo Gay da Bahia

Criado em 1980, o Grupo Gay da Bahia antecipou o modelo que seria adotado pela maioria das organizações homossexuais na década seguinte. Juntamente com o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, o GGB buscava uma militância mais pragmática, voltada para a conquista de direitos e a denúncia de violências, e já preocupada com o grau de institucionalidade dos grupos (Câmara, 2002; Facchini, 2005). No caso do GGB, isto significou a providência de registro legal e a busca do reconhecimento como instituição de utilidade pública. Segundo seu fundador, o antropólogo e ativista Luiz Mott, desde 1980, o GGB passou a arquivar informações sobre violência contra homossexuais, tendo reunido o registro documentado de assassinatos "onde explícita ou indiretamente, o motivo da morte foi a condição homossexual da vítima"<sup>8</sup> (Mott, 2002). Esses registros, formados na sua grande maioria por notícias publicadas em jornais e secundariamente por comunicação de militantes<sup>9</sup>, foram divulgados por meio de dossiês que se tornaram célebres e permitiram conhecer e denunciar crimes violentos contra homossexuais, princi-

<sup>8</sup> O relatório "Assassinatos de homossexuais no Brasil: 2005", publicado no site do GGB, somava 2511 vítimas entre 1980 e 2005. ([www.ggb.org.br](http://www.ggb.org.br)).

<sup>9</sup> Em 2001, dos 132 assassinatos registrados pelo GGB, 76% tinham tido como fonte os jornais; 15% a internet e 9% informações orais, televisão ou cartas enviadas à entidade (Mott, 2002, p. 56).

palmente a partir dos anos 1990. Em grande medida, as denúncias sistemáticas de assassinatos de homossexuais estimuladas pelo GGB ajudaram a romper o silêncio sobre o assunto e permitiram que, em 1988, quando do assassinato do diretor teatral Luiz Antônio Martinez Correa, no Rio de Janeiro, os grandes jornais passassem a utilizar a expressão "assassinatos de homossexuais" para problematizar e reconhecer a existência de um "tipo de crime" que, até então tendia a ser noticiado como episódios isolados (Lacerda, 2006). Na ocasião, começam também a aparecer nas páginas dos jornais as vozes de ativistas de grupos homossexuais, como autores de interpretações sobre a "natureza específica" dessa violência. Ao mesmo tempo, artistas e "personalidades" identificadas como porta-vozes dos homossexuais aparecem denunciando que "o preconceito contra homossexuais" explicaria o pouco interesse na investigação dos casos pela polícia. Lacerda (2006), em seu estudo baseado em jornais cariocas de 1980 a 2000, observa que em 1992 aparece pela primeira vez a expressão "homofobia", no jornal *O Globo*, para designar "horror ao homossexual" (p. 107). Na segunda metade dos anos 90, a divulgação de "estatísticas", pelo GGB e pelo Grupo Atobá, fundado em 1985, no Rio de Janeiro, torna-se freqüente e vem acompanhando sistematicamente a divulgação de novos casos de assassinatos.

A preocupação com a elaboração de um arquivo e a divulgação de relatórios<sup>10</sup> contabilizando casos de assassinatos de homossexuais contribuiu fortemente para estabelecer uma das prioridades da agenda do movimento, a denúncia da "violência contra homossexuais" e da "homofobia". Contudo, a abordagem predominantemente sensacionalista da imprensa, especialmente durante a década de 1980 e em parte da década de 1990, favoreceu uma visão parcial da vitimização de homossexuais que muitas vezes tendia a "confirmar" -até mesmo para o próprio movimento- representações vigentes sobre a homossexualidade, nas quais a tragédia era, de alguma forma, efeito de fraquezas morais e de escolhas das próprias vítimas. Essas representações eram particularmente fortes no caso das vítimas serem travestis e no caso de

---

<sup>10</sup>Entre eles Mott (1999), Mott & Cerqueira (2001) e Mott *et al.* (2002).

assassinatos de homossexuais de classe média por garotos de programa.

A ênfase na violência letal, a exposição de cadáveres e a reiteração da tragédia consumada pode ter contribuído para afastar, até o final dos anos 1990, o ativismo homossexual de uma postura mais propositiva sobre a temática da violência.<sup>11</sup> Diferentemente do movimento de mulheres -que nos final dos 1970 e na década de 80 elaborou uma agenda com a demanda pela criação de delegacias policiais especializadas, entre outras reivindicações-, o movimento homossexual permaneceu até fins dos anos 90 na perspectiva da denúncia, afirmando uma representação dos homossexuais como "vítimas" de uma violência que não podiam evitar. Também é notável o contraste entre a postura predominantemente passiva no campo de propostas para a segurança pública e justiça e o vigor dos discursos, demandas e práticas que o ativismo homossexual produziu na área da saúde. A criatividade, a irreverência ("transe numa boa"<sup>12</sup>), as reivindicações e principalmente a focalização em certos aspectos do combate à epidemia de Aids (por exemplo, acesso público, gratuito e universal a medicamentos), além da participação direta de ativistas em ações de prevenção, foram responsáveis em grande medida pelos rumos das respostas brasileiras à epidemia de Aids (Galvão, 2000).

### O Disque Defesa Homossexual e novas relações entre ativismo e academia na formulação de políticas públicas

É no panorama do final dos anos 1990, já no contexto de multiplicação de ONGs e redes, na presença das paradas do orgulho, da internet e de um mercado que crescia, que acontece a primeira experiência de política pública na esfera da segurança, o **Disque defesa homossexual (DDH)**. Criado em 1999, na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o DDH foi pensado como um programa de defesa (e não apenas de denúncia). O projeto configurou

<sup>11</sup> Uma reação defensiva da militância pode ter sido ainda mais acentuada pelo fato de o ativismo se constituir predominantemente por segmentos médios e pelo fato de travestis e transexuais aparecerem tardiamente como atores políticos e sociais no movimento.

<sup>12</sup> Um dos primeiros e mais célebres cartazes da campanha de prevenção de HIV/Aids, divulgado pelo GAPA de São Paulo, foi criado pelo artista plástico Darcy Penteado, um dos fundadores do jornal **O Lampião**.

uma experiência de estabelecimento de parcerias diretas entre polícia e grupos de ativistas, no sentido de fazer agir com rapidez tanto dispositivos de prevenção de crimes (acionando a força policial em locais e situações de incidência de violência), como de atendimento às vítimas dos crimes já ocorridos (mobilizando a polícia para investigar agressores e golpistas e articulando redes de apoio psicológico e jurídico por parte das ONGs).

A experiência foi desenvolvida no contexto de um conjunto de programas na área de segurança pública que preconizava a democratização e modernização do aparelho policial, prevendo intensa participação de organizações da sociedade civil.<sup>13</sup> A criação do DDH foi baseada em articulações que envolveram diversos atores: a secretaria de Segurança, todas as entidades do movimento homossexual do Rio de Janeiro, o ISER (Instituto de Estudos da Religião), uma ONG voltada para a pesquisa, um mandato parlamentar (de Carlos Minc, deputado estadual pelo PT) e dois pesquisadores do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Martins, 2001). Os acontecimentos deflagradores das demandas do movimento homossexual à secretaria de Segurança, que posteriormente motivaram a idealização do DDH, foram sucessivas agressões sofridas por jovens gays numa área de bares e boates GLS em Botafogo, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, e o despreparo da polícia para atender essas ocorrências.

Um dos diferenciais da criação do DDH em relação a experiências anteriores de denúncia à violência contra homossexuais foi a presença, como atores políticos da articulação, de pesquisadores ligados a uma ONG e a uma universidade. O fato foi decisivo para que o programa fosse concebido não só como um serviço de atendimento a vítimas, mas também como um centro de produção de dados sobre violência.<sup>14</sup> Uma outra diferença da experiência é

---

<sup>13</sup>Uma equipe formada por pessoas oriundas de universidades e de ONGs desenvolveu programas a partir da sub secretaria de Pesquisa e Cidadania da secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, entre janeiro de 1999 e março de 2000. Entre os programas estavam a criação da Ouvidoria de Polícia, o Programa de Defesa da Mulher e os Centros de Referência das Minorias Sexuais, de Combate à Discriminação Racial e de Defesa Ambiental.

<sup>14</sup>No próprio período de treinamento de voluntários um banco de dados foi estruturado e os casos comunicados ao DDH através de uma linha telefônica foram monitorados a cada mês.

que, até então, os conhecimentos sobre vitimização de homossexuais e a caracterização da violência homofóbica no Brasil eram baseados em notícias publicadas em jornais. Os dados gerados pelo DDH partiam dos relatos das próprias vítimas e, portanto, passaram a problematizar variadas situações de agressão e discriminação associadas à homofobia e não só os assassinatos<sup>15</sup>. A análise dos primeiros quinhentos casos atendidos pelo programa revelou a intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia. A maioria das denúncias era constituída de casos de ofensas, ameaças, extorsões, agressões físicas, e uma grande quantidade de queixas de "discriminações" (na escola, no trabalho, no comércio e também na família e na vizinhança), além dos conflitos de natureza interativa entre parceiros. Nada menos de que um terço dos casos relatados ao DDH se davam no âmbito da casa ou da vizinhança, indicando a intensidade de crimes não espetaculares e não letais, gerados e vividos em escala micro-societária, na esfera da família e de conhecidos. Uma criminalidade, em geral, sem fins lucrativos, em que vítimas e agressores partilham as mesmas redes sociais (Ramos, 2001). O estudo propôs uma matriz de análise dos casos classificando-os como: 1) crimes interativos (agressões e discriminações ocorridas no âmbito da casa, da vizinhança e entre parceiros, das quais as lésbicas -e não só gays e travestis- apareciam como vítimas em proporções expressivas); 2) crimes com fins de lucro (chantagens, extorsões, assaltos e golpes do tipo Boa Noite Cinderela<sup>16</sup>, em geral praticadas contra gays e travestis); 3) crimes de ódio (espancamentos, graves ameaças à vida e denúncias de assassinatos), na maioria dos casos contra travestis.

A experiência do DDH inspirou diversas outras iniciativas apoiadas por governos de estados e prefeituras do país. No Rio de Janeiro, o programa foi parcialmente descontinuado após março de 2000, quando a equipe que coordenava os Centros de Referência deixou a secretaria de Segurança (Martins, 2001), interrompendo-se a sistemática de coleta e análise dos dados.

---

<sup>15</sup> A partir de 1999, pela divulgação dos dados do DDH, jornais do Rio de Janeiro passaram a cobrir com mais frequência notícias de violência não-letal contra gays e travestis (Lacerda, 2006, p. 43).

<sup>16</sup> Sedação da vítima com soníferos e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar dinheiro e bens.

## Assassinatos de homossexuais no Rio de Janeiro: uma pesquisa sobre a Justiça

Partindo de 200 notícias levantadas a partir do dossiê de recortes de jornal mantido pelo grupo 28 de Junho, do Rio de Janeiro, Carrara & Vianna (2001) localizaram 105 registros de ocorrência policial sobre homicídios de homossexuais, que resultaram em 80 processos na Justiça. Desses, analisaram 57. Os resultados dessa investigação foram muito importantes porque -embora não conclusivos nem estatisticamente representativos- pela primeira vez foi possível examinar a hipótese de que predomina a lógica da "impunidade" no sistema de justiça criminal quando as vítimas são homossexuais. Uma das surpresas foi a constatação de que os crimes letais resultantes de "latrocínio" (em geral gays de classe média vítimas de garotos de programa dentro de suas residências) constituíam um universo especial, devido a caracterizações estigmatizantes da vítima por agentes da polícia e da justiça, por um lado, e pela taxa surpreendentemente alta de condenações nos casos em que os réus tinham sido indiciados.

A pesquisa concluiu que a homofobia se articula de forma mais complexa e sutil e afeta as representações relativas à homossexualidade mantidas por policiais, promotores, juízes e advogados, sem se materializar necessariamente em absolvições ou sentenças tolerantes, mas sim no uso de clichês sobre a homossexualidade e as dinâmicas das relações no mundo homossexual. Além de reiterarem a idéia de que as vítimas contribuíram para sua morte, com uma "vida de risco" ou como reféns de uma "patologia", tais representações determinam os rumos das investigações e etapas dos processos mesmo nos casos em que há condenação (Carrara & Vianna, 2001). O trabalho também concluiu que a violência que atinge homossexuais é mais heterogênea e complexa do que o modelo clássico do crime de ódio, marcando certa diferença em relação a abordagens anteriores, mais diretamente vinculadas ao ativismo e a suas estratégias.

## As pesquisas nas paradas do orgulho GLBT

Em 2003, um conjunto de centros de pesquisa e instituições universitárias<sup>17</sup> iniciou um ciclo de pesquisas nas paradas do orgulho GLBT em algumas cidades brasileiras. Abordando questões variáveis sobre sociabilidade, afetividade, sexualidade, política e direitos e questões fixas sobre violência e discriminação, a principal característica do projeto é a articulação entre centros de pesquisa e grupos de ativistas<sup>18</sup>.

O projeto parte do reconhecimento de que as paradas são, além de fenômeno social e político dos mais expressivos no Brasil urbano, eventos que reúnem gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais que, de outro modo, dificilmente poderiam ser alcançados por uma investigação sociológica, oferecendo oportunidade ímpar para que sejam melhor conhecidos. Dadas, sobretudo, as segmentações geracionais, de classe e identitárias que marcam essa população, ela não poderia ser abordada em sua extrema diversidade em qualquer outro espaço social (seja de lazer, de trabalho ou mesmo de ativismo político). Além disso, as paradas se organizam justamente em torno de uma espécie de denominador comum que agrega todo esse universo, a luta contra a discriminação e o preconceito que atingem diferentes "minorias sexuais". Nesse sentido, a pesquisa nas paradas se inscreve dentro dos marcos da pesquisa aplicada e representa uma nova experiência de articulação entre ativismo e academia<sup>19</sup>.

Em relação aos temas da violência, o projeto utiliza uma estratégia denominada "pesquisa de vitimização", isto é, a mensuração da incidência de agressões e discriminações em toda a população entrevistada. Partindo inicialmente das indicações obtidas nos registros ao DDH e posteriormente do surgimento de demandas a cada rodada de entrevistas, a pesquisa na para-

---

<sup>17</sup> Estão envolvidos no projeto o Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), do Instituto de Medicina Social da UERJ e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Mendes. Na medida em que a pesquisa se realiza em diferentes cidades, outros centros vão sendo agregados à parceira..

<sup>18</sup> No Rio de Janeiro (2003 e 2004), a pesquisa foi realizada com o Grupo Arco-Íris; em Porto Alegre (2004) com o Nuances e, em São Paulo (2005), com a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Em 2006, em Recife, com o grupo Papai, da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>19</sup> Os pesquisadores de campo, em todas as experiências, são voluntários recrutados nas universidades e no movimento homossexual, treinados por pesquisadores e militantes dos grupos envolvidos.

O Social em Questão

da passou a trabalhar com uma categorização de homofobia que divide as experiências de violência em duas grandes categorias: as "discriminações" e as "agressões". Entre as discriminações são mensuradas as experiências de "marginalização, exclusão ou mal atendimento" nas situações de trabalho; comércio ou lazer; escola ou faculdade; serviços de saúde; doação de sangue; delegacias de polícia; contexto religioso; contexto familiar; relações com amigos ou vizinhos. Entre as agressões são mensuradas experiências que poderiam ser mais facilmente criminalizadas, nos termos do Código Penal vigente: agressões físicas; agressões verbais ou ameaça de agressão física; violência sexual; chantagens, extorsões e golpes como o "Boa Noite Cinderela".

Os resultados caracterizam a homofobia como sendo altamente variável segundo marcadores de gênero, identidade sexual e idade (e secundariamente por escolaridade e cor). As pesquisas vêm confirmando impressões iniciais obtidas na experiência do DDH de que violência e homossexualidade mantêm relações mais complexas e contraditórias do que as imagens veiculadas pela mídia e pelo ativismo dos anos 80 faziam supor (Carrara; Ramos & Caetano, 2004; Carrara & Ramos, 2005; Carrara et al., 2006).

Os resultados gerais que apontam que a incidência de discriminação e de agressão é muito consistente nos *surveys* do Rio, de Porto Alegre e de São Paulo. Surpreende que algumas experiências homofóbicas, como, por exemplo, sofrer agressão verbal, são relatadas por mais de 60% de entrevistados, independentemente de gênero, idade, cor ou orientação homossexual. Outro resultado que chama a atenção e que se coloca em contraste marcante com o "panorama da visibilidade massiva" é a proporção muitíssimo reduzida de denúncias comunicadas aos órgãos públicos (uma parcela próxima a 10% relata ter feito registros na polícia. Denúncias à imprensa e a ONGs ocorrem em proporções ainda menores, abaixo de cinco por cento).

Está claro o descompasso entre a alta incidência de vivências homofóbicas por parte expressiva da população entrevistada (o que produz indicativos consistentes acerca da alta incidência no conjunto da comunidade GLBT, considerados os resultados reiterados nas diversas rodadas) e as ainda tímidas demandas por políticas de segurança e justiça voltadas para coibi-las.

## Brasil sem homofobia

Segundo Vianna e Lacerda (2004), "o reconhecimento da especificidade e, ao mesmo tempo, da diversidade de formas de violência que atingem homossexuais" fundamenta a criação pelo Governo Federal do "Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual", lançado em maio de 2004.<sup>20</sup> Segundo as autoras, "o programa foi elaborado por uma comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes", como a ABGLT. Em seus 10 itens, o programa prevê um conjunto bastante amplo de ações, com destaque para a política para mulheres lésbicas e a articulação do combate ao racismo e à homofobia. Entre as ações, destacam-se: (i) as que visam capacitar o Estado, especialmente instituições escolares, policiais, judiciais, de saúde e de fiscalização do trabalho, a atuar de modo não discriminatório, seja através da mudança de suas práticas, seja através da criação de novos dispositivos, como DDHs e centros de referência nas secretarias estaduais de segurança pública, especialmente desenhados para coibir a violência e a discriminação; (ii) o incentivo à participação de lideranças do movimento nos diferentes conselhos e mecanismos de controle social do governo federal; (iii) a produção de conhecimento sobre violência e discriminação homofóbicas e sobre as condições de saúde de gays, lésbicas e transgêneros; (iv) e, finalmente, o apoio à iniciativas brasileiras no plano internacional no sentido do reconhecimento e proteção dos direitos GLBTs e à criação de uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Algumas das diretrizes do Programa têm sido executadas, estreitando ainda mais a articulação entre Estado e sociedade civil. Em meados de 2005, a Secretaria Geral da Presidência da República lançou edital aberto a instituições públicas ou não-governamentais para seleção de projetos de prevenção

---

<sup>20</sup> Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004 [www.mj.gov.br/sedh/ct/004\\_1\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/004_1_3.pdf)

O Social em Questão

e combate à homofobia, através da prestação de assessoria jurídica e psicossocial às vítimas, da orientação e encaminhamento de denúncias, da capacitação em direitos humanos e da mediação e conciliação de conflitos. No final de 2005, uma das instituições selecionadas nesse concurso -o Estruturação, Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros de Brasília-, assinou convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, para criação de um Centro de Referência LGBT, para prestação de serviços às vítimas de discriminação. Também em 2005, o Ministério da Educação lançou edital público para seleção de projetos de capacitação de profissionais de educação em temas relativos à orientação sexual e identidade de gênero. Dos 84 projetos apresentados no prazo, 36 eram liderados por organizações não-governamentais, sobretudo grupos GLBT, 24 por órgãos governamentais (prefeituras, secretarias municipais e estaduais de educação) e 6 por universidades. Desses projetos, 48 foram recomendados e 15 selecionados. Entre os selecionados, 12 foram propostos por organizações não-governamentais, dos quais sete de grupos GLBT, dois por universidades e apenas um por um órgão governamental (Secretaria Municipal de Educação). Como se vê, a tendência do Ministério é apoiar principalmente projetos propostos por grupos militantes e organizações não-governamentais.

### **Homofobia e políticas públicas: perspectivas para a década atual**

O movimento homossexual tem pela frente um dilema político que exigirá cuidados. Se, por um lado, a representação coletiva dos homossexuais como "vítimas" da homofobia encontra suporte nas pesquisas sobre violência, também é fato que as experiências são fortemente matizadas por sexo, identidade sexual, idade, classe e cor. Para a maior parte das discriminações e agressões, travestis e transexuais encontram-se em um extremo da escala de vitimização, e bissexuais, lésbicas e gays jovens no outro. Além disso, um contingente estatisticamente importante da comunidade não refere qualquer experiência de vitimização (entre 30% a 40% dos entrevistados nas diversas paradas).

Comparativamente a outros movimentos de identidade (movimento de

mulheres e movimento negro), o movimento homossexual foi historicamente lento na elaboração de demandas de políticas públicas integradas para responder aos fenômenos da homofobia. Fixou-se durante muito tempo em um modelo estereotipado de "violência contra homossexuais" (os assassinatos) que, ao final, correspondia apenas a uma parte das diversas dinâmicas cotidianas de violência sofridas por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Nesse sentido, o discurso do ativismo sobre "homofobia" produzia impacto reduzido não só junto à comunidade homossexual, mas também junto aos governos e à mídia.

As experiências do tipo do DDH e as pesquisas desenvolvidas a partir da década atual passaram a demonstrar que, em contraste com as dinâmicas de violências de gênero e de racismo (que por ser mais homogêneas permitem respostas focalizadas), a homofobia opera com muitas variáveis e engloba fenômenos díspares, que vão desde discriminações na esfera doméstica a crimes com fins de lucro. Por essa razão, as estratégias de enfrentamento desses fenômenos e os discursos produzidos pelo movimento homossexual têm que reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes violências. Por exemplo, a experiência do DDH demonstrou que para responder às chantagens, extorsões, golpes tipo Boa Noite Cinderela e latrocínios motivados pela sexualidade é necessário: a) incremento sistemático das denúncias à polícia; b) investigação policial, prisão de criminosos e de quadrilhas de golpistas, inclusive as formadas por policiais e ex-policiais; c) divulgação de "casos exemplares" bem sucedidos na imprensa; d) campanhas de esclarecimento lideradas pelo próprio movimento GLBT voltadas para a comunidade; e) monitoramento dos resultados junto às secretarias de Segurança. Por outro lado, as respostas para as dinâmicas de discriminação na esfera da família e círculos de amizade, demandam, não só campanhas específicas de informação e mobilização, mas atendimento individual às vítimas, por meio de uma rede de proteção, nos moldes da experiência do movimento de mulheres em relação à violência de gênero. Os altos índices de homofobia registrados nas escolas, por exemplo, indicam claramente a necessidade de criação de programas especiais envolvendo autoridades educacionais, professores e alunos. As violências conjugais, especialmente graves e invisíveis

entre lésbicas, são temas que o próprio movimento GLBT tem que enfrentar, levando em conta as especificidades das diversas identidades sexuais.

Outro desafio são as representações "concorrentes" com a idéia de que a homofobia é constitutiva da experiência homossexual. As imagens ligadas ao orgulho e à afirmação -e, no extremo, à beleza, à alegria e ao consumo- são capitaneadas pela mídia e pelas iniciativas de mercado e disputam a hegemonia das representações da homossexualidade, sendo possível observar sua convivência relativamente pacífica, com as representações ativistas, até agora, nas celebrações das paradas do orgulho (Ramos, 2005). Nesse sentido, tudo indica que será necessário, nos próximos anos, um esforço ainda maior de incorporação de organizações de travestis e transexuais dentro do movimento GLBT, na medida em que são esses grupos os que vivem as experiências mais críticas de violência e que, portanto, devem exercer um papel decisivo na elaboração de demandas de políticas e na participação direta em práticas de prevenção, como ocorreu no processo de respostas à epidemia de Aids.

Embora seja difícil prever os desdobramentos futuros do Plano Nacional de Segurança Pública estabelecido no Seminário de 2007, é possível compreender que o processo de construção dessa agenda na área da segurança deuse por algumas razões identificáveis: em primeiro lugar, as lideranças da ABGLT parecem ter acumulado grande experiência durante o processo de elaboração do **Brasil sem homofobia** e a utilizaram na criação do Plano de Segurança Pública, como um desdobramento do programa mais amplo. Em 2008, na Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília, e durante todo o processo de sua preparação, essa experiência pareceu ter sido a base que consolidou o processo.

Em particular em relação ao tema da segurança pública e das relações com a polícia, é provável que lideranças do movimento tenham identificado o caráter emblemático de enfrentar a homofobia "começando pela polícia". Por considerarem que será necessário investir esforços na capacitação de instituições escolares, judiciais, de saúde, de fiscalização do trabalho e outras, optaram por cruzar a "fronteira" da mais resistente das instituições do Estado em relação aos temas da diversidade sexual.

Não parece restar dúvida de que as experiências com a segurança pública iniciadas no Rio de Janeiro, em 1999, a despeito de parecerem perdidas ao longo do tempo, serviram como ponto de apoio para o processo de criação da agenda contida no Plano Nacional de Segurança. O encontro do Rio foi liderado por duas organizações que participaram diretamente da criação do Centro de Referência contra a Homofobia e do DDH. Chama a atenção o fato de programas atuais de enfrentamento da homofobia em diversos estados serem nomeados "centros de referência", tal como a experiência inicial no Rio.

É talvez possível inferir que as trajetórias de organizações de movimentos sociais no campo da segurança pública desenham movimentos não-lineares, em que o acúmulo não se dá pela simples soma de experiências. O seminário de abril de 2007 não significa que o "movimento homossexual" constituiu uma agenda para a segurança, mas que seu setor mais organizado, mais "onguizado", para usar a expressão de Álvares (2000), definiu "demandas", está construindo "discursos" e começa a desenvolver "práticas".

O maior desafio em relação às propostas contra a homofobia continua sendo a capacidade de conexão das ONGs com outros setores vitais do movimento: lideranças individuais, mídia e comércio GLS e redes de sociabilidade de cada segmento GLBT, especialmente travestis e transexuais:

A bandeira da "criminalização da homofobia" segue em marcha acelerada como tema de mobilização das paradas e articula-se como *lobby* no Congresso. Traz os riscos de enfatizar a vitimização como metáfora da experiência de "ser gay", "ser lésbica" e de sugerir uma "regulação da diversidade sexual".

Além deste, não está afastado o risco de o movimento GLBT enveredar pela perspectiva punitiva (e encarceradora, caso opte por demandar como regra a "pena de prisão" para autores de homofobia), tal como os grupos organizados do movimento de mulheres e do movimento negro. Para o movimento GLBT, se isto ocorrer, expressará, eu creio, contribuição pouco criativa de um setor da sociedade civil que tem buscado caminhos originais para construir demandas, discursos e práticas que lhe são próprias.

Recebido em dezembro de 2008, aceito para publicação em março de 2009.

## Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. "A 'globalização' dos feminismos latino-americanos". In ALVAREZ; DAGNINO & ESCOBAR (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 382-426.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada. 2002.

CARRARA, Sergio & RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, Sergio & VIANNA, Adriana R. B. **Homossexualidade, violência e justiça: A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford, 2001. 90 p.

\_\_\_\_\_. *Sexual politics and sexual rights in Brazil: a case study*. Reports from the front lines: Sexual Policy Watch, 2007, p. 27-52.

\_\_\_\_\_. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - São Paulo - 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sergio; RAMOS, Silvia & CAETANO, Marcio (coords.). **Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2003**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual**. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 301 p.

FERNANDES, Rubem Cesar. "Sem fins lucrativos". In LANDIM, Leilah (org.). **Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988. p. 8-23.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. 262 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Rio de

Janeiro: ABIA; Editora 34: São Paulo, 2000.

LACERDA, Paula. **O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca.** 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, Humberto Vieira. O que se conta e como se conta: um pouco da história do DDH. 40-52. **Comunicações do ISER**, Ano 20, n.º 56, 2001.

MOTT, Luiz & CERQUEIRA, Marcelo. **Causa mortis: homofobia. Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 2000.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, Luiz. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 1999.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTT, Luiz et al. **O crime anti-homossexual no Brasil.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

RAMOS, Sílvia e CARRARA, Sergio. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas.** *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2) 2006. p. 185-205,

RAMOS, Sílvia. "Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa". **Comunicações do ISER**, Ano 20, n.º 56, 2001. p. 53-66.

\_\_\_\_\_. "Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual". In GROSSI, M. P. et al. (org.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond. 2005. p. 31-44.

\_\_\_\_\_. "Minorias e prevenção da violência", **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**, São Paulo: Ilanud, 2002. p. 27-40.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico. **Dicionário de mulheres do Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general.** Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.